



DIREITOS HUMANOS

Relatório da agência UN Women adverte que mulheres e homens somente alcançarão uma paridade nos espaços de poder e no mercado de trabalho dentro de 171 anos, se não houver mudança. Documento aponta enfraquecimento de instituições

ONU vê retrocessos na igualdade de gênero

AFP



Manifestante cerra o punho durante protesto do coletivo feminista Nous Toutes, em Paris, contra a violência de gênero

Junhua, subsecretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para Assuntos Econômicos.

Discrepância

O dossiê da UN Women escancara uma realidade marcada pela desigualdade no mercado de trabalho. Apesar de mais mulheres terem preenchido vagas de emprego nos últimos 10 anos, atualmente, apenas 63,9% daqueles com idades entre 25 e 54 anos estão empregadas. O índice de homens chega a 92%. Ao mesmo tempo, mulheres são absorvidas por trabalhos informais e precarizados. A divulgação do documento ocorre às vésperas da 81ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, e a pouco mais de três meses da escolha de um novo secretário-geral.

A UN Women e o UN Desa apelaram pela reversão do retrocesso político sobre

a igualdade de gênero e por uma partilha de poder equânime. Para as autoras do relatório, é crucial garantir que as mulheres tenham voz igualitária nas decisões políticas e econômicas; financiar adequadamente as instituições de igualdade de gênero; proteger as organizações de direitos das mulheres e o espaço cívico; e assegurar que as mulheres tenham poder igual para influenciar as decisões que afetem a economia, a paz, a segurança, a tecnologia e a vida da população.

A estratégia para fechar o vácuo de liderança entre homens e mulheres envolve seis pontos, segundo a UN Women: implementar cotas de gênero reais, não simbólicas; reduzir o custo de disputa de cargos eletivos; fortalecer as instituições de igualdade de gênero; eliminar as lacunas nos direitos legais; financiar diretamente as organizações voltadas para as mulheres; e transformar normas e estereótipos de gênero.

Reprodução



Capa do relatório Gender Snapshot 2026

Longe da paridade

Veja as principais conclusões do relatório da UN Women (ONU Mulheres)

PASSO LENTO

- No ritmo atual, o mundo terá que esperar 171 anos até se alcançar uma completa igualdade de gênero.

VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO

- Quase uma em cinco mulheres se casa antes dos 18 anos.
- Pelo menos 230 milhões de mulheres e meninas em todo o mundo são sobreviventes de mutilação genital feminina.
- Quase uma em cada três mulheres em todo o mundo sobreviveu à violência por parte de um parceiro ou à violência sexual ao longo da vida.
- 316 milhões de mulheres sofreram violência física ou sexual praticada pelo parceiro, nos últimos 12 meses.

IMPACTO NAS INSTITUIÇÕES

- Um em cada quatro mecanismos institucionais de igualdade de gênero sofreu cortes orçamentários nos últimos dois anos.
- Um em cada três teve seu poder institucional enfraquecido ao longo do mesmo período.
- 42% das entidades da ONU relataram um enfraquecimento nos esforços em prol da igualdade de gênero.

VÁCUO JURÍDICO

- 51% dos 131 países analisados apresentam lacunas jurídicas significativas sobre igualdade de gênero.
- Quase dois terços dos países oferecem pouca ou nenhuma proteção jurídica aos direitos das mulheres à terra, criando barreiras significativas à propriedade da terra e à segurança da posse.

MERCADO DE TRABALHO

- Em 2026, apenas 63,9% das mulheres entre 25 e 54 anos estavam empregadas, enquanto o índice de homens chegava a 92%.

REDES SOCIAIS

Europa planeja controle de idade

A União Europeia (UE) apresentou ontem planos para estabelecer limites rigorosos de idade para o acesso de crianças a redes sociais, videogames e assistentes de inteligência artificial (IA). A proposta contempla também obrigar as empresas a tornar suas plataformas seguras antes que menores as utilizem.

As regras incluiriam a proibição de recursos viciantes, como a rolagem infinita e as notificações automáticas enquanto as crianças dormem. A proposta legislativa, chamada ‘EU Kids Act’ (“Lei da UE para menores”, em tradução livre), foi anunciada um dia depois de a presidente da Comissão Europeia (CE, braço executivo da UE), Ursula von der Leyen, afirmar que os 27 países-membros do bloco querem proibir o acesso às redes sociais para menores de 13 anos e permitir acesso limitado e supervisionado até os 15 anos.

A UE recebeu pressões para atuar após diversas evidências demonstrarem que o bem-estar físico e mental das crianças e adolescentes é prejudicado pelas redes sociais, onde são vítimas de predadores, golpistas e também agressores.

13 ANOS

Idade mínima, segundo o projeto da UE, para acesso às redes, limitado e sob supervisão até os 15

Restrições

A proposta tem vários componentes. O primeiro consiste em uma abordagem escalonada para o acesso de menores às redes sociais. Adolescentes de 15 anos ou mais poderão criar contas, enquanto os de 13 e 14 anos poderão ter “minicontas”, às quais terão acesso por meio da conta de um dos pais ou de tutores, segundo a proposta. Esse tipo de conta teria rigorosas medidas de proteção, incluindo limite de uma hora diária de uso de tela, para que os pais possam garantir um uso “seguro”.

A UE quer colocar os pais “no assento do motorista”, para que possam limitar o acesso dos filhos a esses serviços, assim como determinar o tempo de uso. O segundo pilar consiste em garantir que as redes sociais, aplicativos para compartilhar vídeos, videogames on-line, companheiros de IA e robôs conversacionais (chatbots) sejam seguros antes que as crianças os utilizem.

Isso significa proibir as publicações de recomendações baseadas em perfis que façam com que menores vejam conteúdo

prejudicial, assim como os mecanismos de recompensa e o contato não solicitado de desconhecidos. A UE também destacou que os chatbots de IA não devem “simular relações interpessoais de maneira que criem dependência emocional”, após uma série de suicídios ocorridos em todo o mundo depois da interação de crianças com esse tipo de assistentes. Os perfis de menores devem ser privados, com localização, câmera e microfone desativados, e as crianças deverão poder bloquear ou silenciar facilmente outros usuários.

A proposta só se tornará lei após as negociações entre o Parlamento Europeu e os países-membros, processo que pode durar meses. A CE, responsável por supervisionar o âmbito digital, pediu que ele seja adotado rapidamente, “considerando a clara demanda de medidas urgentes e exaustivas”. As plataformas deverão apresentar à CE um “plano de conformidade”, sujeito a avaliação de um auditor independente.

Caso não esteja satisfeita, a Comissão poderá solicitar “medidas corretivas” e abrir investigações sobre as plataformas, que deverão ser concluídas em um prazo de 90 dias. Infrações podem resultar em multas de até 6% sobre o faturamento anual, como ocorre com a atual Lei de Serviços Digitais do bloco sobre conteúdos online.

Doa a quem doer

Christophe Verhaegen/AFP



O primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, não fez caso das restrições colocadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e deu o sinal verde de seu governo para a oferta da União Europeia (UE) de um acordo para que o país se torne o primeiro “membro associado” do bloco. Carney discursou ontem ao plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, e trocou amabilidades com a presidente da Comissão Europeia (CE, braço-executivo da UE), Ursula von der Leyen, que formalizou o convite. Em resposta, Trump classificou a ideia como “ridícula”, e ameaçou tratá-la como “um ato hostil”, passível de ser punido com “tarifas comerciais muito fortes, se o fizerem com má intenção.” Falando à imprensa na sede do Parlamento, Carney rejeitou as ameaças do vizinho norte-americano, com quem trava uma queda de braço em torno de sobretaxas. “Os canadenses estão unidos na convicção de que ninguém vai nos dizer que idioma devemos falar, ninguém vai ditar a nossa cultura nem com quem podemos assinar acordos internacionais”, afirmou.